-**

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

ATA

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO SETUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA. TRANSFORMADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TERRITÓRIO DA CIDADANIA.

Às nove horas do dia 25 de agosto de dois mil e nove, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a Sétima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo de dois mil e nove da Décima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do Senhor Vereador **BRAZ ASSIS BEHNCK**, Secretariado pelo Senhor Vereador **JOZIEL VANDERLEI DA SILVA,** o qual fez constar à presença dos seguintes Vereadores: **ALFONSO RODRIGUES DO VALE, FRANCISCO DE SOUZA CRUZ, GEORGE DA SILVA MELO, IDINALDO CARDOSO DA SILVA, MANOEL NEVES DE MACEDO, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, MASAMY EDA, MAURICÉLIO FERNANDES DE MELO, PAULO BASTOS LINHARES, ROSIVAL SOARES DE FREITAS, SEBASTIÃO CORRÊA LIRA NETO e TELMÁRIO MOTA DE OLIVEIRA**. Havendo Quorum Regimental o Senhor Presidente sobre a proteção de Deus declarou aberta a Sétima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo de dois mil e nove. Transformada em Audiência Pública. Em ato contínuo o Senhor Presidente suprimiu a Leitura dos Expedientes, do Pequeno Expediente e o Grande Expediente, passando para a Ordem do Dia: **Requerimento Nº 040/2009,** de autoria do Vereador George da Silva Melo, convocando a Senhora Iraci de Oliveira-Cunha Secretária de Saúde Municipal (SENSA), para uma Audiência Pública para discutir sobre o vírus da influenza tipo A "Gripe Suína" H1N1, com intuito de esclarecer algumas dúvidas e orientação. Em votação o Requerimento foi **APROVADO** por unanimidade dos Vereadores presentes. Em atendimento ao **Requerimento 035/2009,** de autoria do Vereador Telmário Mota, vem requerer Audiência Pública com todos os Segmentos, Entidades e Lideranças Governamentais e Não-Governamentais e Autoridades não Constituídas do Município de Boa Vista, para debater e discutir conjuntamente, as medidas necessárias para implantar o Território da Cidadania Norte de Roraima, que será composto pelos Municípios de Cantá, Bonfim, Amajari, Boa Vista. O Senhor Presidente solicitou ao Mestre Cerimonial que fizesse a chamada das autoridades para compor a Mesa dos Trabalhos. **Mestre Cerimonial** (Eudiene), Convidou para compor a Mesa dos Trabalhos o Senhor **Namis Levino da Silva Filho** - Assessor Especial da Prefeitura Municipal de Boa Vista, que neste ato Representa o Prefeito Iradilson Sampaio, Senhor **Francisco Joaci de Freitas Luz** – Chefe Geral da Embrapa – Roraima, Senhor **Domingos Santana** – Prefeito do Município de Bonfim, Senhor **Rodrigo Cabral** – Prefeito do Município do Amajari, Senhor **Luis Carlos Gomes** – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima – Fetag, Senhor **Antonio Francisco Beserra Marques** – Superintendente Geral do Incra. Senhor **Edino Honorato** – Articulador

Estadual, Senhor **Muyrakitã Matos** - Cenário Fecor, Senhor **Francisco das Chagas Barbosa** – Representante do Sindicato dos Trabalhadores de Boa Vista, Senhor **Santo e Silva** - Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Cantá, Senhor **João Oliveira Filho** - Secretário de Agricultura do Município do Cantá, Senhor Antonio Nascimento Almeida – Presidente do Sindicato, **PRESIDENTE** agradeceu a presença das autoridades que compões a Mesa dos trabalhos e os demais convidados presentes. Passou-se a palavra ao Vereador **Telmário Mota** disse que o objetivo da Audiência Pública é porque o Governo Federal vem desenvolvendo uma série de programas e projetos de desenvolvimento ou de cunho econômico mais que não está chegando a todo Território Nacional, exemplificou com o Programa Pró-jovem, Bolsa-Família, Luz para todos, Pac, e o Território da Cidadania que irei explanar de como ele acontece, vem trazendo resultados positivos, pois a Agricultura familiar hoje, é responsável por 70% da alimentação, 60% da geração de emprego, 10% do PIB. A Agricultura Familiar alavanca a economia do Estado e Município. No Estado do Tocantins, Acre e Rondônia existem três Territórios. Em Roraima existem dois Territórios, um iniciando em Caracaraí passando por Baliza, São Luis, Rorainópolis, Caroebe, chegando até Jundiá. O outro é indígena alcançando somente Raposa Serra do Sol e São Marcos, beneficiando Normandia, Uiramutã, Pacaraima, Boa Vista, ficando desprotegido Amajarí, Bonfim, Cantá, Mucajai,Iracema, Alto Alegre e outros. Falou que o Governo Federal investirá no Sul do Estado 30 milhões, na região indígena 24 milhões, totalizando 54 milhões de investimento no desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Roraima. Os Territórios de Cidadania no Brasil está beneficiando ações de planejamento participativo com a sociedade civil, empreendedores, gestores públicos, ações fundiárias, Educação e Cultura, Infra Estrutura, organização sustentável da produção do saneamento de 120 territórios. Debate acontecerá de forma construtiva, no sentido de que seja implantado o terceiro território no norte do Estado de Roraima, para que muito mais recursos cheguem ao Estado de Roraima. **Edino Honorato** disse que como representante da secretaria de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário é responsável pela articulação Estadual dos territórios de Roraima, que o Governo Federal está trabalhando a questão técnica e específica com relação o desenvolvimento territorial e através desse surge à estratégia dos territórios, e que o governo territorial assume o compromisso de pensar outra política, uma política que pudesse envolver o setor rural de todo país, que é produtivo, que tem muita potencialidade e também no sentido de atingir aqueles pequenos Municípios que tiveram historicamente sempre longe e fora das políticas nacionais, sendo os maiores atingidos os Municípios da Amazônia, que numa política nacional pensada no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que somam em torno de quatro mil e oitocentos Municípios, estavam totalmente fora de uma política mais organizada, sistematizada de desenvolvimento. O Governo Lula delegou para Secretaria de Desenvolvimento Territorial montar a metodologia para desenvolver esse trabalho. A Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho criou o programa território de desenvolvimento rural que vem sendo trabalhada desde dois mil e três, numa perspectiva de ter uma política de desenvolvimento rural, criou um programa pensando numa estratégia, através de suas organizações sociais começaram a se mobilizar envolvendo o poder público local. Visando construir um processo de gestão territorial que pode possibilitar a melhoria de vida de todas essas pessoas, na perspectiva da estratégia de desenvolvimento territorial, o governo federal através da SDT reconheceu a questão dos territórios, da identidade, relação social, política de fortalecimento do parque federativo porque a Constituição Federal de oitenta e oito, reconheceu os municípios como uma unidade da federação, coisa que antes não era, vem sendo trabalhada uma maior relação, inter-relação entre os poderes, governo federal, estadual e municipal e um programa de desenvolvimento territorial ele surge como uma grande ferramenta de aproximação desses três

setores na estratégia que a SDT criou, identificou a necessidade de se construir o colegiado territorial, esse é composto por 50% (cinqüenta por cento) da sociedade civil e 50% (cinqüenta por cento) do poder público que envolve, tanto a Assembléia Legislativa quanto a Câmara dos Vereadores além do Executivo propriamente dito, é todo um processo de articulação e consolidação de uma relação social na perspectiva de se construir dentro desse colegiado eleitoral um processo de gestão social que permita fazer um planejamento, seja, de comum acordo entre sociedade civil e poder público que se permita tomar decisões democrática com relação as linhas de investimento dentro do território, essas linhas de investimentos não é aquela que vem do governo federal através de programa, é através da emenda parlamentar como o Vereador colocou, é através de projetos com outras organizações que possam estar apoiando esse desenvolvimento, porque na realidade a SDT reconhece que quem toma a decisão no Município, no Território não é somente a prefeitura, não é somente a Câmara de Vereadores, têm diversos outros setores que desenvolvem ações e que tomam decisões. SDT disponibilizou um recurso especifico para que o colegiado pudesse tomar as decisões, esse ano para os dois território o valor foi de um milhão e quatrocentos, sendo 75% (setenta e cinco por cento) um milhão e cinqüenta para investimento e 25% (vinte e cinco por cento) para custeio, a SDT entende e articula também que o custeio seja desenvolvido pelas entidades, pelas organizações, pelos sindicatos e a infra-estrutura por uma questão legal é o poder público, a Secretaria de Agricultura do Estado apresentou dois projetos, os Municípios vão executar agora em dois mil e nove. Em Roraima existem quatro territórios, desenvolvimento rural que é chamado de CIAT no sul do Estado que engloba de Caracarai, São Luiz, Caroebe, Baliza e Rorainópolis, Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos, que envolvem o Município de Normandia e Pacaraima, parte do setor censitário de Boa Vista, Uiramutã. O SDT identificou a existência de um pré-território, que é o território norte que é composto por Amajari, Boa Vista, Cantá e Bonfim e o outro que está sendo chamado de território centro que envolve Iracema, Mucajaí e Alto Alegre, nessa perspectiva todo o Estado fica territorializado, é importante dizer e destacar que os dois pré-território foram reconhecidos pelo Conselho de Desenvolvimento Rural sustentável do Estado em dois mil e sete, é importante frisar, quem reconhece quem homologa é a região local, a SDT não homologa, ela incorpora um programa é diferente, Quanto ao território da cidadania que é um processo posterior ao desenvolvimento territorial, o território rural levou quatro anos para ele ser o território da cidadania os dois pré-território eles são rurais tem o processo de constituição do colegiado, do núcleo técnico, dos núcleos temáticos, e das relações sociais que vão se dar, de um planejamento, se começar a se pleitear, junto ao Governo Federal que deva incluir o pré-território num programa território da cidadania, onde a FETAG apresente proposta na Secretaria de Desenvolvimento Territorial com o mesmo objetivo da proposta que tem o território da cidadania, território rural sobre tudo o que diz respeito a convergir as ações públicas para fortalecimento do território. Muito Obrigado. **Domingos Santana** relatou a importância que os Municípios têm de buscarem a possibilidade de serem inseridos no novo programa de cidadania que não foram criados para seus Municípios ainda, porque todos os Municípios têm a necessidade, porque vivemos e administramos com as Emendas Parlamentares não somente com elas, sobrevivemos dos FPMs que são muito pequenos. Entende-se que com esses recursos vão chegar com mais facilidades as Prefeituras e vão chegar com mais facilidade aos produtores. Sabendo-se que os produtores são responsáveis pelo alimento que vão para as nossas mesas, porque quem produz em grande escala, exporta produção, e fica mais barato e mais rápido à mesa de todos. Vem dos pequenos produtores que precisam ser realmente lembrado, e serem vistos e apoiados pelo Governo e Prefeitura e pelos senhores Parlamentares do Município onde

está sendo criadas as novas zonas. Agradecendo e pedindo o apoio de todos para fazermos parte do programa do governo federal o mais rápido possível, porque sabemos que todos os programas do presidente Lula têm dado certo, foi assim na bolsa família é assim no pró-jovem, enfim todos os programas estão dando certo e melhorando a qualidade de vida das pessoas e dessa forma que pensamos para o Território da cidadania. Muito Obrigado. **Rodrigo Cabral** afirmou a importância dos programas federais como a bolsa família, o pro – jovem que se estenda, para que possa chegar ás famílias do campo, sabemos que tem o vale solidário, o pró-custeio, só que tem que ser uma coisa constante e que fortaleça o homem do campo e com estudo na agricultura para melhoria do Estado, porque quando se fala em indústria, o que prevalece ainda é a pecuária e a agricultura e se não fortalecermos essas duas atividades, iremos continuar ouvindo por dez, vinte, trina anos falar em indústria e continua da forma que estar. Temos que ter o pé no chão apoiando a agricultura e a pecuária que contribui no aumento da economia do Estado. Muito Obrigado. **Namis Levino** falou que o território da cidadania norte, sul, leste e oeste possam ser implantados no Estado de Roraima com o apoio e solidariedade incondicional da Prefeitura Municipal de Boa Vista, por ser Capital, Município pólo e sério para o Estado de Roraima por concentrar aqui mais de 60% (sessenta por cento) da população e por ser uma referência a todas as políticas de média e alta complexidade voltadas para o atendimento ao cidadão Boa-vistense e Roraimense, e como cidadão, técnico, pessoa que contribui com a administração pública na Capital de Boa Vista. Que teve e têm a sensibilidade de reconhecer o sofrimento do povo brasileiro que talvez tenha sido um desafio muito grande para o Presidente Lula e para o seu corpo técnico que o assessora e principalmente mais de cinco mil prefeitos de todo o país, garantir um sonho de se construir um Brasil de todos para todos. Como transformar isso em realidade, como materializar um sonho de chegar até o mais distante cidadão que mora no mais distante Município desse país, os benefícios sociais, desenvolvimento social, que traga dignidade para o povo. Imagino que o território da cidadania é uma grande assembléia geral do campo, onde o povo humilde tem o direito de dizer o que ele acha e o que é melhor para eles, até então o modelo de desenvolvimento para o país esteve sobrecarregados de projetos que chegavam de cidadão. O gestor público recebia os projetos e simplesmente assistia a execução com raríssimos exemplos de sucesso, imagino que o território da cidadania é uma oportunidade rara de trabalhador do campo, o indígena o não indígena, o cidadão, onde nenhuma política social estava voltada para ele. Declarou claramente ao governo, que no seu entendimento em cada grupo social é melhor, funciona de forma efetiva e que de fato consolida a democracia e o desenvolvimento social de um povo, é preciso, fazer consolidar essa experiência democrática de gestão pública que permita todos falar e defenderem o que acham melhor para si, o seu povo e para sua terra. O envolvimento sincero e honesto de cada prefeito, de cada técnico designado para acompanhar os trabalhadores do campo, desse país, especificamente no caso de Roraima, para pensarem o que é melhor para cada região e que a quantidade reavaliada de Território da Cidadania em Roraima, possa facilitar o processo de gestão, e que são dois os processos que estão em discussão, mais que na realidade são quatro os processos de território da cidadania que precisa conhecer e explorar melhor a lógica da construção de cada um desses territórios, Boa Vista tem um papel fundamental na colaboração do processo de aceleramento desses territórios, mas sem perder o principio da gestão e da participação democrática. Participou de encontros do comitê gestor, percebeu que a condução desses processos é aberta e democrática e dessa forma esta sendo construída a implantação desses territórios como manda as diretrizes do governo Lula. Muito Obrigado. **Titonho Bezerra** explicou que quando começou a discutir o primeiro Território que foi o território Sul, sentiu muito a ausência do poder público, principalmente

das Câmaras e das Prefeituras, mas se alegrou em começar um debate desses na Câmara de Vereadores de Boa Vista e com a presença de quatro Municípios sendo três representantes do Poder Executivo, achou que o Namis sintetizou muita coisa sobre o território, concordou com ele em dizer que o Governo Federal tem muitos erros e também vários acertos que já foram citados pelos prefeitos, porém o território da cidadania é realmente o maior acerto desse governo no seu ponto de vista, porque esse território proporciona uma sintonia próxima entre o cidadão com essa necessidade que ele tem e a Câmara de vereadores tem feito, e isso é muito importante para a sociedade, o território da cidadania além de transformar essas áreas numa prioridade, essa participação dos Municípios, das Câmaras, da sociedade civil dá um crescimento ao Município, as políticas públicas começam a ficar mais clara para a população que começam a participar das decisões mais importantes do seu Município, Estado isso faz um país cidadão onde as pessoas possam contribuir, essa mistura vai levar o Estado ao desenvolvimento ao qual se almeja e que tem demorado a chegar, assim o Estado pare de depender só dos repasses, dos convênios e que possa parar de comprar tomate de São Paulo e produzir aqui mesmo e porque não parar de comprar farinha do Acre e porque não produzir no nosso Estado, uma série de questões são importantes vão ajudar muito no desenvolvimento. O INCRA está a disposição para que esses quatro Municípios possam estar na preferência e na prioridade das decisões do Estado. Muito Obrigado. **Jaime Augustinho- representante da SEPLAN.** Disse que a SEPLAN já tem voto do municipalismo da autonomia do Município, do Prefeito, da Câmara Municipal, e que precisaria que fosse tirado dela a opinião da Prefeitura, preocupa-se com os projetos que começam a vincular financeiramente, sendo que muitos projetos sociais que vinculam para a população, como a cesta básica, e outras ajudas vinculado no fim com a parte eleitoral, e que fica complicado porque muita gente deixa de lado o desenvolvimento regional para se pensar na parte eleitoral, é uma preocupação que se tem com o cidadão, esse território sendo bem conduzido é uma ótima forma de se ter uma troca de informações, outra preocupação é que não se pode pensar somente em Município, tem que pensar também em Estado, que é um estado novo e que deve tomar muito cuidado para que não volte a ser novamente um território federal dependendo exclusivamente de verbas que tenham uma decisão política de Brasília, viu o problema da Raposa Serra do Sol, São Marcos que já esta se organizando e que muitas das vezes as decisões do conselho local entram em choque com diretrizes que vêm de cima e atrapalham o desenvolvimento do projeto, tem que tomar cuidado que é uma coisa importante, útil e tem que ser bem conduzida com uma metodologia correta e com uma participação de todos, seguimentos políticos, sócias e econômicas do estado. **Francisco José, Chefe Geral da Embrapa**. Disse que Território da cidadania é um programa importante porque é um programa no qual a sociedade tem poder, ela pode opinar junto aos órgãos públicos e que tem respaldos políticos do governo federal nessas opiniões, parabéns o governo Lula por colocar em nível da sociedade a decisão do seu futuro, mais isso não trás só benefício, trás também uma responsabilidade muito grande para a sociedade que precisa estar mais consciente de que a sociedade de forma organizada pode conquistar os seus objetivos desde que assim ela deseje e procure os meios para se manifestar e assim o poder público junto à sociedade alcance o desenvolvimento material e humano e isso é muito importante porque essa é uma chance que nos é dada através do programa Território da Cidadania, que existe um aspecto interessante nesse programa porque é um processo também de construção de um bom plano de desenvolvimento do território que vai sinalizar onde estão as parcerias, os recursos em Brasília e como fazer com que essas parcerias sejam efetivadas de modo a garantir que esse recurso venha e seja aplicado no que realmente foi comentado dentro

do plano de desenvolvimento do território, o Território da Cidadania é um projeto maravilhoso do governo federal, mais nos incube dessa grande tarefa de nos articularmos mais, da participação e até presença dos prefeitos, porque quase tudo passa pelo Município, pela Prefeitura e é importante que elas estejam habilitadas a conseguir aquele recurso do Governo Federal, porque se ela não tiver, o recurso morre lá. A EMBRAPA tem desenvolvido um trabalho técnico, participado efetivamente do Território Sul, muito fortemente no Território indígena por acreditar que os indígenas podem chegar lá, eles são produtivo, precisam de cidadania em suas comunidades, precisam de gente que os apóiam em tudo que eles precisam para que essas políticas caiam sobre suas cabeças, que sejam políticas que levantem sua voz e retornem com suas ações tão necessárias. A EMBRAPA tem várias ações com agricultura familiar, esse papel que a EMBRAPA vai desempenhar é um papel de técnicos que utilizam seus conhecimentos na área de agronomia, agricultura para o desenvolvimento agrícola sustentável, e a EMBRAPA esta também junto com a MDA na comissão executiva estadual dos territórios da cidadania como um todo. Muito Obrigado. **Luiz Carlos Gomes**. Disse que: gostaria de fazer duas ratificações, primeiro estamos tratando do conjunto de quatro Municípios que, representam o território norte do Estado de Roraima e que só levou quatro anos para que território sul se transformasse em um território da cidadania, porque não teve um compromisso assumido pelas Câmaras de Vereadores, pelos Prefeitos daqueles Municípios e lutamos naqueles quatro anos até eles entenderem a importância da territorialização, discutir território é discutir o desenvolvimento do estado de Roraima, que hoje é um dos poucos estados brasileiros que esta totalmente territorializado e temos um compromisso com o SDT de ainda construirmos um território da cidadania esse ano, depende das nossas ações, do conjunto das prefeituras, do conjunto dos movimentos sociais e das Câmaras de Vereadores, estamos oferecendo uma mão de obra eficiente e gratuita para que possamos desenvolver e fortalecer esses Municípios, a sociedade civil não quer mais nada do que fortalecer a agricultura familiar e fortalecer o município representado para que possamos ter condição de estado ter um empresário implantado produzindo grãos também, não vem empresário para Roraima enquanto a agricultura família não for forte porque também consumimos o insumos e produzimos para fortalecer o estado de Roraima, o setor empresarial ele produz a que exporta, nosso objetivo é garantir que tenha alimento e quanto mais produzirmos, mais baixo vai ser o custo de vida da população desse estado. Muito Obrigado. **Muyrakitã Matos.** Disse que: apesar do pouco tempo em que trabalha com agricultura, está incluindo na mesma luta para melhorar e lutando constantemente fazendo cursos nos interiores levando a todos o conhecimento para a agricultura e ensinando os agricultores. Muito Obrigado. **João de Oliveira Filho** o município possui hoje dezesseis projetos de assentamento que hoje sobrevive do apoio do INCRA e que por muitas vezes não tem como ter um apoio direcionado ao crédito, porque muitas vezes o dinheiro vêm, mais quando chega na hora do pequeno agricultor tirar o dinheiro, ele está ligado à uma associação a qual muitas vezes já fez um financiamento para seus sócios e o nome dela esta lá impedido, e aquele que muitas vezes tem a necessidade e poderia ter acesso aquele recurso mais não pode, por ele ser sócio de uma associação e sabemos que é difícil ao agricultor ir ao banco e conseguir recursos se ele não esta ligado à uma associação, acreditamos que com a criação do território rural vai fortalecer o homem do campo, vai fortalecer a agricultura familiar e o município do Cantá está a disposição, para contribuir para que sejam criados os territórios rurais. Muito Obrigado. **Antonio Nascimento de Almeida**. Acredita que os agricultores são a base e que esse programa, vem diretamente a beneficiar toda a classe trabalhadora que faz parte desse território rural, que vivem na calamidade

ao longo do tempo, porque as verbas que vem é diretamente para a classe trabalhadora que vive no campo, não dizendo que não tem verba direcionada para ao campo, mais sim, essa é direcionada para completar os anseios dessa classe trabalhadora rural que o sindicato representa. Muito Obrigado. **Francisco das Chagas Barbosa.** Disse que quando se fez a articulação em dois mil e dois, na criação do território sul, se cogitava também que era preciso criar o território norte e o território centro, e hoje estamos juntos com os poderes públicos, municipais, estaduais e federais para conduzir a criação desse projeto porque com certeza vai melhorar a vida dos agricultores e a vida da sociedade. Muito Obrigado. Em ato continuo o presidente abre inscrições para que os vereadores interessados pudessem tirar suas dúvidas **George Melo**: questionou ao Sr. Luiz Carlos Gomes e ao Titonho Bezerra, primeiramente ao senhor Carlos Gomes, a sua preocupação com relação ao território sul, ele custou muito por culpa do pouco interesse dos Prefeitos e dos Vereadores e isso o preocupou muito, e justamente agora é que os prefeitos e os vereadores estão acordando para que essa pressa seja urgente, para que isso aconteça o mais rápido possível, e ao Sr titonho bezerra, questionou com relação aos outros que ficaram faltando, queria que ele fosse mais claro, o porquê de não ter acontecido também nos outros municípios, o sul já foi implantado e o norte praticamente está implantado e o centro ainda não foi efetivado, essa burocracia ela se dá não só por conta do interesse, mais se isso é prioridade do governo federal. Em resposta. **Titonho Bezerra** disse que, a pergunta é muito prudente e que a proposta já está sendo construída e que o Sr Luiz pode dar mais detalhe, e praticamente já ter proposta mais discutida que vai envolver todo o Estado, e já está consolidado o território sul, o norte já está se consolidando, o centro também, e depois a próxima proposta será abranger restante dos municípios, citou o interesse do poder público foi um começo bem satisfatório e dessa forma atingindo todo o Estado de Roraima. O Sr Luiz Carlos logo em seguida fazendo uso da palavra disse que o mesmo procedimento que esta sendo realizado no território norte, vai ser feito no território centro também, e que a política está sendo definida para o Estado de Roraima, e que a agilidade para que se torne um território da cidadania, vai depender do Poder Público Municipal e das Câmaras Municipais e das Prefeituras e é importante que as ajudem no processo de realização da feira do Município do Cantá, para que lá o Ministério do Desenvolvimento Agrário garanta o colegiado para o desenvolvimento público. Muito Obrigado. **Alfonso Rodrigues** questionou ao Prefeito do Amajari sobre a expectativa de luz para todos do Município de Amajari e Titonho Bezerra de qual a segurança de não termos a pretensão da FUNAI de área, para os índios no Município do Amajari, e perguntou ao representante da EMBRAPA, de quem poderia ajudá-lo a recuperar os restantes dos sessenta e sete milhões no qual só foram usados vinte milhões em projetos, e isso significa que faltaram projetos. Em resposta **Luiz Carlos Gomez** relatou a expectativa de energia para toda a população do Amajari, através de uma subi estação que sai de súcuba e vai pela BR-174 e outra saindo de três corações interligando a comunidades indígenas. Muito Obrigado. **Titonho Bezerra** em reposta relatou, para que haja um repasse de terras tanto para reserva ambiental quanto para área indígena, deve ser discutida com o Estado de Roraima, sendo uma indicação do Presidente Lula que não criasse uma reserva ambiental sem um consenso do Estado e o Governo Federal. Muito Obrigado. **Joacir Freitas** respondendo a pergunta frisou que o Governo Federal dá oportunidade para que apresentem mais projetos definindo as necessidades dos Municípios para assim conseqüentemente, ser liberadas verbas, e que haja mais articulação entre a sociedade e as instituições públicas para que essas verbas sejam liberadas. Muito Obrigado. **Namis Levino** fazendo uso da palavra comentou que devido a uma turbulência política nos Municípios não foi

dada importância ao processo de implantação dos territórios em sua gestão, e devido à insuficiência de técnicos qualificados nos Municípios para elaboração de projetos, faz com que não sejam utilizados totalmente os recursos repassados pelo Governo Federal. Muito Obrigado. **Vereadora Lourdes Pinheiro** questionou se as Câmaras Municipais podem indicar algum vereador para participar do comitê gestor e se este vai ter técnicos para acompanhar os agricultores, na agricultura familiar, junto aos órgãos financiadores e se o comitê gestor poderia elaborar projetos para serem acompanhados pelos órgãos federais e se os sindicatos e as associações participaram do comitê gestor. **Luis Carlos** em resposta disse que o colegiado é formado pelos Prefeitos, Câmaras e Associações e o colegiado constrói as condições dentro da própria política, transformando a Política Pública Nacional em Municipal ou Territorial. Muito Obrigado. **O Vereador Mauricélio** disse que os Prefeitos dos Municípios, o Executivo e o Legislativo trabalham com poucos recursos federais para as famílias rurais, e vai ser um recurso a mais para que possam produzir mais e melhores benefícios para essas famílias que dependem dessa agricultura, e que os prefeitos presentes e os ausentes façam mais reuniões para que dêem continuidade e formem essa comissão para debater a criação desse território. Muito Obrigado. **O vereador Telmário Mota** comentou que o Governo do Estado é o principal colaborador em dar o apoio logístico para que o território aconteça, começando pela feira que o Sr Luis Carlos propõe no Cantá, e que a Câmara dos Vereadores somente pode fazer uma influência política através de um debate onde todos possam ser ouvido, os prefeitos dos Municípios juntos possam agilizar na morosidade da construção do território da cidadania, e os recursos que chegam e não aplicados, é por falta de projetos e técnicos capacitados, a SEPLAN deveria ajudar mais os parceiros e municípios carentes tecnicamente. **Luis Carlos** complementando que a importância do desenvolvimento rural sustentável, deve ser criada em todos os municípios, sendo que esse é quem vão legitimar as ações de política pública. Muito Obrigado. **Vereador Manoel Neves** em sua pronúncia apoiou e colocou-se à disposição frisando a importância de cada Prefeito e Vereadores de cada Município nas ações para obter recursos e assim aumentando a renda e a qualidade de vida do homem do campo. Muito obrigado. **Edino Honorato** em esclarecimento sugeriu que seria de suma importância a inclusão dos representantes do poder público na comissão para aquisição de investimento para o território, passado por debate na Câmara dos Vereadores e contando com o apoio do Governo do Estado. Muito Obrigado. **O Presidente** fazendo uso da palavra disse que o êxodo rural é um dos grandes males dos últimos cinqüenta anos devido a falta de condições de trabalho no campo e que o orçamento não deve beneficiar somente a Secretaria de Agricultura, mais também a Secretaria de Obras, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, e por isso deve-se ter mais atenção por parte do Governo. Muito Obrigado. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou a presente Sessão. Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, Boa Vista-RR 25 de agosto de 2009XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Braz Assis Behnck
Presidente

Joziel Vanderlei da Silva
1º Secretário